

Governo faz acordo com bancos para reduzir juros

BRASÍLIA — O Governo anunciou ontem a estratégia que adotará para reduzir os juros. A partir de hoje, o Banco Central, com a colaboração dos bancos privados, começará a impor taxas de juros mais baixas na venda de títulos públicos. A informação foi dada pelo Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, depois de se reunir com seis representantes do sistema financeiro e de comunicar a decisão ao Presidente José Sarney.

Da reunião no Palácio do Planalto participaram o Presidente da Federação Nacional das Associações de Bancos (Febraban), Roberto Konder Bornhausen; o Vice-Presidente da instituição, Pedro Conde; o Presidente do Banespa, Fernando Milliet; e os dirigentes do Bradesco, Antônio Carlos de Almeida Braga e Lázaro Brandão, além do banqueiro Amador Aguiar. Também estava presente o Diretor-Superintendente do Grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes.

Funaro não quis antecipar o que considera "detalhes operacionais" da estratégia que o BC adotará, a partir de hoje, e não fixou qualquer meta para a redução dos juros. Mesmo assim, determinou as taxas internacionais como piso para os juros cobrados no mercado interno.

As taxas de juros dos bancos americanos e europeus estão na faixa de nove a dez por cento, enquanto no Brasil, elas variam entre 22 e 25 por cento acima da correção monetária. Para o Ministro, não existe uma boa explicação para que os bancos no País, não cobrem de 16 ou 17 por cento acima da correção.

Em uma referência à posição defendida pelo ex-Ministro Francisco Dornelles, Funaro afirmou que "é um engodo querer reduzir o déficit público a zero antes de tentar diminuir as taxas de juros". Mas admitiu

que corre o risco de encontrar dificuldade para a venda de títulos públicos, por oferecer, a partir de agora, remuneração menor aos bancos que comprem esses papéis. Acrescentou, porém, que se isso ocorrer, o Banco Central está preparado para enfrentar o problema. O Ministro não quis comentar a possibilidade de que o Governo precise emitir mais moeda, caso o mercado não aceite os títulos a juros mais baixos.

Segundo Funaro, ao tentarem re-

duzir a inflação e o déficit público, "os Governos anteriores começaram a exigir o esforço do setor produtivo, depois dos trabalhadores e, por último, do setor financeiro". E explicou:

— Eu inverti esse roteiro. Primeiro procurei os banqueiros, depois procurarei os empresários e, por último, os trabalhadores. Essa é apenas a primeira medida tomada pelo Governo.

Em relação aos crescentes saques na caderneta de poupança, disse que a fórmula da correção monetária não é o principal responsável pelo problema e sim as outras aplicações do mercado financeiro, que oferecem remuneração melhor. Quando as taxas de juros em geral estiverem mais baixas, as cadernetas terão superado a questão das grandes retiradas, garantiu.

Funaro destacou que a população deve confiar no esforço que o Governo começa a fazer para diminuir os juros, pois as autoridades precisam reduzir o déficit público atacando também esse problema. Mas se recusou a classificar a decisão como um acordo de cavalheiros com os bancos.

Ao tomar posse ontem na Presidência do Banco Central, Fernão Bracher também destacou que é hora de estimular "o investimento economicamente útil", diminuindo a rentabilidade dos papéis oferecidos no mercado financeiro "que têm tido ganhos muito altos em relação à taxa de inflação". Bracher ressaltou que o Governo reexaminará toda a política para o open market.

Compareceram à posse do Presidente do BC quatro Ministros — da Fazenda, Dilson Funaro; do Planejamento, João Sayad; do Interior, Ronaldo Costa Couto, e do Exterior, Olavo Setúbal. Cerca de mil pessoas cumprimentaram Bracher, entre banqueiros, parlamentares e funcionários do segundo escalão.

Outra medida que o Presidente do BC pretende adotar é o aumento do prazo de vencimento dos títulos públicos, para reduzir a necessidade de renovação da dívida pública, através da venda de novos papéis simultaneamente ao resgate dos títulos vencidos.

